

## **Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos.**

**Márcia Maria Duarte dos Santos**

Centro de Referência em Cartografia Histórica, Museu de História Natural e Jardim Botânico,  
Universidade Federal de Minas Gerais

[mdsantosy@yahoo.com.br](mailto:mdsantosy@yahoo.com.br)

**Maria Cândida Trindade Costa de Seabra**

Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais - FALE/UFMG

[candidaseabra@gmail.com](mailto:candidaseabra@gmail.com)

### **RESUMO**

O estudo toponímico sobre a Comarca de Vila Rica funda-se na compreensão de que o topônimo, a par do seu papel signico, evidencia comportamentos extintos, resgata memórias de um povo e de uma cultura. Sua realização refere-se aos corpora, levantados a partir de registros onomásticos de elementos planimétricos e da altimetria, presentes em três mapas históricos da região, elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos. Esse conjunto de dados foi classificado segundo as categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores da toponímia brasileira e são identificados como físicos e antropoculturais, bem como quanto a sua origem, considerando as fontes culturais portuguesas, africanas e ameríndias. Os resultados alcançados permitiram afirmar a importância da motivação toponímica de natureza física na área de estudo, revelando sua preponderância na denominação de acidentes físicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia histórica de Minas Gerais; Fontes cartográficas históricas de Minas Gerais; Geografia Histórica ; Linguística Histórica.

### **ABSTRACT**

The toponymic study on the Vila Rica County is based on the understanding that a toponym, aware of his/her signic role, evidences extinct behaviors, salvages memories of peoples and cultures. That study fulfillment is related to the corpora, surveyed from onomastic records of altimetry and planimetry elements present on the three historical maps of this region, from the eighth and early ninth centuries. That set of data has been classified according to taxonomic categories that represent the main motivating standards to the Brazilian toponymy that are identified as physical and anthrop cultural, and regarding their origin, considering the Portuguese cultural sources, African or Amerindian. The found results have allowed stating the importance of physical-nature toponymic motivation in this study area, revealing its preponderance for physical event designation.

**KEYWORDS:** Historical toponymy of Minas Gerais; Historical cartographic sources of Minas Gerais; Historical Geography; Historical Linguistics.

## I - INTRODUÇÃO

Os topônimos estudados neste trabalho referem-se especialmente à Comarca de Vila Rica, circunscrição territorial concernente ao poder judiciário, pertencente à Capitania de Minas Gerais.<sup>1</sup> Entretanto, sua criação, datada de 1709, ocorre quando é instituída a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, por sua vez, sucedeu a vastíssima Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de Ouro, incluindo áreas do *hinterland* do sudeste e sul da América Portuguesa. Essas medidas visavam aproximar a administração colonial da região, no Estado do Brasil, em que ocorreram os primeiros descobertos de ouro, cuja abundância foi confirmada, a partir do final dos Seiscentos. Ora, o território da Comarca de Vila Rica correspondia ao *core* da área em questão, considerando os achados auspiciosos: no rio Piranga e afluentes, no chamado sertão do Guarapiranga, atribuídos a Duarte Nunes; em Ouro Preto, feitos por Manoel Garcia, nas vertentes dos córregos Tripuí e Passa Dez, por Antônio Dias, nas vertentes da serra do Ouro Preto e do Itacolomi, pelo Padre João de Faria, nos córregos que drenam o Itacolomi; e no ribeirão do Carmo e seus afluentes, descobertos por João Lopes Lima (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 17-41).

O ato da criação da Comarca é complementado pela elevação à condição de vila, em 1711, de dois arraiais, entre muitos outros que se formaram no seu território, com base nas atividades mineradoras, a saber: a Real Vila de N. S. do Carmo e a Vila Rica de Albuquerque. Nessa última, que foi escolhida como sede da Comarca, com a criação da Real Capitania de Minas Gerais, em 1720, se instala também o poder administrativo, os governadores escolhidos pela Coroa, chamados Capitães Gerais. Seu território, aparentemente, é confirmado, no ato de criação da Capitania, como o que ficou ajustado em 1714, pelo Governador D. Brás Balthazar da Silveira, da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, para a cobrança dos quintos da produção aurífera que deveria tocar a cada uma das três comarcas do território mineiro, instituídas até aquela data. Nesse sentido, o documento assinado pelo governador, define que

a comarca de villa Rica [Ouro Preto] se dividirá daqui em diante da de Villa Real [de Sabará], indo pela estrada de mato dentro pelo ribeiro que desce da ponta do morro entre o sitio do Capitam Antônio Ferreira Pinto e do Capitam Antonio Correia Sardinha, e faz barra no ribeiro de S. Francisco ficando a Igreja das Catas altas para a villa do Carmo [Mariana], e pella parte da Itovira [...] se fará divisão no mais alto morro della, e tudo o que pertence águas vertentes para parte do sul tocará a ditta Comarca de villa Rica, e para a parte do norte tocará Câmara de Villa Real; o ribeiro das congonghas junto da qual está hum sitio chamado caza branca [...] servirá de divisão entre as

<sup>1</sup> A mais ampla circunscrição territorial da organização administrativa da América portuguesa era designada por capitania, governada por militares escolhidos pela Coroa. Essas circunscrições eram divididas em comarcas e estas, por sua vez, em termos e julgados. Nas comarcas, as autoridades, escolhidas também pelo Rei e chamadas Corregedores, provinham do poder judiciário, como já se registrou anteriormente, correspondendo aos juizes de segunda instância relativamente aos juizes de fora, instalados na vila sede da Comarca, e ordinários, instalados nas outras vilas ou cidades das comarcas existentes. Excepcionalmente, a autoridade judicial, um juiz ordinário e auxiliares eram instalados em arraiais, chamados julgados, que eram escolhidos, nos termos, para minimizar o problema do acesso à justiça, considerando a distância de uma região da comarca à vila sede da mesma e outras. A autoridade desses juizes abrangia a extensão dos termos, área onde se exercia a autoridade dos Conselhos, cujos membros eram eleitos pelos homens bons da Capitania, em termos econômicos e administrativos, e judiciário se fosse presidida por aqueles. No território da Capitania, encontravam-se também subdivisões relacionadas ao poder religioso, destacando-se as freguesias, sedes de paróquias, compreendidas nos termos, e o conjunto destes formando os bispados.

comarcas de Villa Rica , e de S. João de el-Rey devendo tocar a villa Rica tudo que se comprehende athe ella vindo do ditto ribeiro para as minas Geraes, e do mesmo pertencerá a comarca de S. João de el Rey tudo o que vay athe Villa do mesmo nome, a qual se dividirá com a villa de Guaratinguetá pella serra da Mantiqueira (CARVALHO, 1920, p.55).

Esse território, que foi palmilhado, sobretudo, por paulistas e reinóis e, paulatinamente, povoado por ambos, além de uma numerosa população escrava, já era ocupado, sobretudo, nas suas bandas orientais, por gentios. Segundo Lima Júnior (1978, p.40), a Capitania já possuía, na época de sua criação, cerca de 250.000 habitantes, compreendendo 100.000 brancos e 100.000 pardos e mestiços<sup>2</sup>, a par de 50.000 escravos africanos. O autor informa ainda que, em 1738, o “crescimento vertiginoso da população” continuava, orçando em mais de trezentas mil almas (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 40). Entretanto, já em uma obra dos Setecentos, Rocha (1995, p. 182), indica, para o ano de 1777, 319.769 almas, das quais 78.618 encontravam-se na Comarca de Vila Rica, a terceira mais povoada da Capitania, repartidas entre brancos, pardos e negros.

Considerando esse contingente populacional, acredita-se que um estudo toponímico realizado em mapas dessa região tão cobiçada no período setecentista mineiro não se fecha em si mesmo, antes, converte-se em fonte de aproximação e diálogo com outras ciências, oferecendo testemunhos linguísticos, valiosas informações que podem ser utilizadas em diversas áreas do conhecimento humano, dentre elas, a geografia, a geologia, a arqueologia, a biologia e a história. Isso se dá porque o topônimo, além de seu papel referencial, evidencia, também, caráter signico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente.

## II - SOBRE A CARTOGRAFIA HISTÓRICA ESTUDADA E OS SEUS CARTÓGRAFOS

Com vistas às expectativas expostas, foram estudados três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos, a saber: “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas”<sup>3</sup>, realizado em 1778, que se encontra sob a guarda do Arquivo Historio do Exército - AHEx, RJ; o “Mappa da Comarca de Villa Rica”, de 1779, que faz parte do acervo

<sup>2</sup> O autor citado não esclarece a diferença que atribuiu aos pardos e mestiços. Em outros documentos históricos sobre a população da Capitania, como a apresentada por Rocha (1995, p.182), a população aparece distribuída segundo as classes brancos, pardos e pretos

<sup>3</sup> O original manuscrito, aquarelado, medindo 38 cm x 45 cm, pertence ao acervo do AHEx/RJ, onde existe também uma cópia deste mapa, realizada pelo Cap. João Pedro Gusmão N. Mariz, em 1854, manuscrita, medindo 36,5cm x 44,5cm. Essa representação apresenta signos sinais diferentes dos empregados por Rocha, no seu original, além de registrar como título apenas MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES. Já na BN, RJ, encontram-se cópias litografadas do Arquivo Militar, sem datas, que não contém, como a anterior, a fonte reproduzida, embora mantenha o título do original. No acervo dessa instituição também se encontra uma cópia manuscrita do mapa em questão, com o mesmo título do original, porém sem autoria e data.

da Biblioteca Nacional, e a “Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes”<sup>4</sup>, de 1804, também pertencente ao Arquivo Historio do Exército- AHEX, RJ.



Figura 1 - A comarca de Vila Rica, representação de José Joaquim da Rocha, realizada em 1779, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, RJ.

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.

<sup>4</sup> Ambos os mapas, do AHEX/RJ, são manuscritos e aquarelados, e apresentam um fino acabamento que inclui iluminaras, ou seja, elementos figurativos que adornam elementos cartográficos: como título, no da Comarca; título, legenda e escala no segundo.



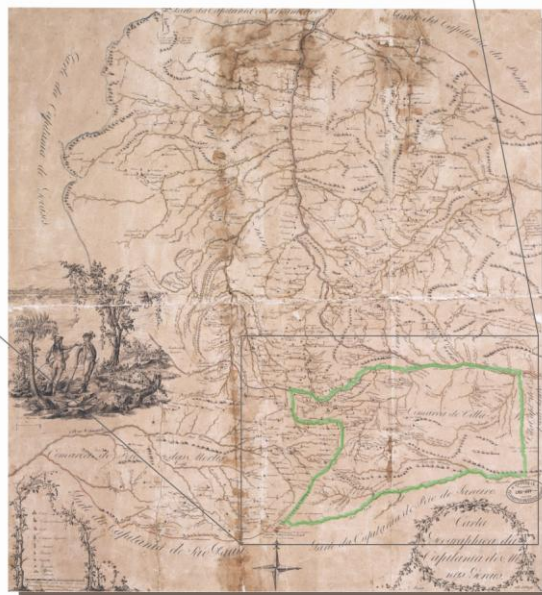


Figura 3 - Representação da Comarca de Vila Rica, na "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, realizada por Caetano Luis de Miranda em 1804, sob a guarda o Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos;  
Mouchrek, Najla M.

Os dois primeiros mapas citados foram realizados por José Joaquim da Rocha, autor de uma importante e estudada produção cartográfica e de descrições histórico-geográficas da Capitania de Minas gerais, datadas do último quartel do século XVIII.<sup>5</sup> Rocha, que era português, serviu aos governantes da

<sup>5</sup> Estudos sobre a cartografia de Rocha podem ser encontrados em Ávila et al (1989), Costa et al (2002), Santos et al (2003), Costa et al (2004) e Furtado (2009, 2010), e sobre as monografias realizadas pelo autor, em Resende (1995).

Capitania de Minas Gerais, como militar, a partir do governo de D. Luis Diogo Lobo da Silva, entre 1763 e 1768, até 1778, quando ocorre sua baixa do serviço militar, na administração de D. Antonio de Noronha (1775-1780). Tendo formação ou a experiência de um engenheiro militar, elaborou mapas, como ele próprio registra na apresentação da monografia dedicada, em 1780, ao Governador e Capitão-General das Minas Gerais D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783). Nota-se que são do governo deste último, mapas autógrafos de Rocha, de 1777, incluindo-se, entre eles, o que deu origem ao mapa da Capitania, estudado neste trabalho.

Nesses documentos, encontra-se abonada sua declaração de ofício que pode ser lida nos títulos e subtítulos transcritos a seguir: “Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania”; “Mappa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descripção a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grade trabalho do seu autor”; “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a capitania de Minas Geraes: que mandou descrever o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Capit. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações”.<sup>6</sup>

Aos mapas do autor, já enumerados, juntam-se outros, realizados muito proximamente da data em que ocorre sua baixa do serviço militar, produção esta que se beneficia da experiência do militar, no desempenho de suas funções, o que o tornou um profundo conhecedor do território mineiro. Trata-se de exemplares das famosas representações das quatro comarcas de Minas Gerais, a de Vila Rica, Sabará e São João Del Rei, criadas em 1709, e do Serro, instituída em 1720, que se encontram, com exceção o do mapa da Comarca de Sabará, pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Posteriormente, após o episódio do envolvimento do autor na Inconfidência Mineira, acusado de conspirar com Tiradentes, mas absolvido, o autor ainda produz dois mapas notáveis, antes do seu falecimento em 1804: “Mostrace neste mapa o julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas [rio Araguari] e parte da Capitania de Minas Geraes com a deviza de ambas as capitancias”<sup>7</sup>, em 1780, e o “Mappa do Rio Doce”, em 1798.<sup>8</sup>

O exemplar da cartografia do autor sobre a capitania de Minas Gerais, estudado neste trabalho, foi realizado na escala 1: 3.100.000, segundo a projeção chamada Plana Quadrada, considerando o meridiano

<sup>6</sup> Originais pertencentes ao acervo da BN, RJ.

<sup>7</sup> Original pertencente à Mapoteca do Itamaraty.

<sup>8</sup> Original sob a guarda do Arquivo Nacional.

de Ferros como a origem das medidas de longitude.<sup>9</sup> A cartografia apresenta outros elementos de identificação de propriedades cartográficas, dentre os quais se destaca a legenda. O mapa da Comarca também apresenta a mesma origem das medidas de longitude e a mesma projeção empregada no mapa da Capitania. Entretanto, sua escala é maior e não apresenta legenda. Verificou-se que a diferença das escalas entre os dois mapas é significativamente relacionada a diferentes níveis de generalização cartográfica.

O autor do terceiro mapa, estudado neste trabalho, é Caetano Luiz de Miranda que nasceu, em torno de 1774, no arraial Santo Antônio do Tijuco[Diamantina], na região chamada de Serro Frio, formado no início dos Setecentos, com as lavras de depósitos auríferos. Esse arraial, famoso, se tornou o centro do Distrito ou da Demarcação Diamantina, estabelecido pela Coroa portuguesa, em 1734, quando se confirmou a abundância de jazidas de diamantes na área, correspondendo a um enclave político-administrativo, na Comarca do Serro e na Capitania de Minas Gerais, que gozava de governo próprio. Foi nele que Miranda viveu até o seu falecimento, em 1837, tendo trabalhado na poderosa Intendência dos Diamantes.

A propósito do seu trabalho na Intendência, segundo Santos, Cintra e Costa (2009), Miranda deve ter sido um funcionário de muita confiança dos Intendentes da Demarcação, além de ser um dos notáveis do arraial do Tejuco, muito provavelmente em função da sua posição na Intendência. Se não, como explicar o fato de a Intendência dos Diamantes, sempre de acordo com os autores apontados, entre outros episódios que citam, ter enviado Miranda para representá-la, por ocasião da vinda do D. Pedro, à Capitania de Minas Gerais? Ocasão que, lembra-se, o Príncipe - Regente visava conclamar o apoio dos seus moradores à sua permanência no Brasil e a outras decisões contrárias às pretensões recolonizadoras da Corte, que foram o motivo próximo da independência do Brasil. Nesse caso, o “escriptorio da contadoria da Extração [Diamantina]”, como declarado na representação, de acordo com Santos, Cintra e Costa (2009), não deveria ocupar um posto pouco expressivo, na hierarquia da administração da Extração Diamantina, pois deveria ser condizente com a homenagem que se buscava prestar.

Miranda que, aparentemente, gozava de prestígio social era reputado como talentoso. Seu talento pode ser comprovado, como citado por Santos, Cintra e Costa (2009), em uma iconografia, conhecida pela sua beleza e pelos aspectos descritivos referentes à lavra de diamantes<sup>10</sup>, datada de 1803, intitulada “Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha...”, oferecida pelo intendente Maier ao governador da Capitania de Minas Gerais, entre 1803 a 1810, à Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo. Seu talento se estende também à cartografia. Dele são conhecidos o [Itinerário da] “Viagem de João Severiano

---

<sup>9</sup> Numericamente, a escala é apresentada pela relação 1: 3 100 000. Seu cálculo baseou-se na suposição de que a légua corresponda ao valor estabelecido pela metrópole portuguesa para sua colônia americana - 65 m ou 3000 braças, sempre de acordo com Marques (2001, p. 4-6), uma vez que o cartógrafo não especifica seu valor.

<sup>10</sup> A iconografia, um desenho a bico de pena e em aquarela, pertence ao acervo do Museu do Ouro, - MO, Sabará, MG.



Terrabuzi do Rio de Janeiro ate a Villa do Bom Successo em Minas Novas em 1814” e o “Mappa da Freguezia da Villa do Principe que contem á Nordeste a applicação do Rio Preto: no Centro a Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguezia do Rio Vermelho ao Oriente, e a Sueste o território da Villa do Principe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhões”.<sup>11</sup>

Em que pese essa produção, nenhuma das informações levantadas sobre Miranda, pelos estudiosos citados, revela traços de sua formação que o tivessem capacitado para a realização de trabalhos cartográficos. Sabe-se, porém, que seu pai, Antônio Pinto de Miranda (1730 - ca. 1790), tido também como um artista muito talentoso, é o autor de uma peça cartográfica, denominada “Planta do Arraial do Tijuco”, realizada em 1784.<sup>12</sup> Provavelmente, “o talento de Miranda, um traço de família, e algum aprendizado com o pai o tornaram capacitado para o trabalho cartográfico e artístico, ensejado pela sua ocupação na intendência ou pela sua posição na comunidade do Tejuco” (Santos, Cintra e Costa, 2009).

A representação da Capitania de Minas Gerais, de Miranda, empregada neste estudo, também foi realizada segundo a mesma projeção empregada por Rocha, muito comum nos mapas coevos. Entretanto, essa cartografia foi realizada em um escala maior, cerca de 1:1.700.000, e apresenta outras características distintivas em relação a de Rocha, entre elas, elementos da legenda e o meridiano de origem das medidas de longitude.<sup>13</sup>

As escolhas dos autores e de seus mapas apresentados anteriormente, considerando o contingente de representações referentes à Capitania de Minas Gerais, comparativamente ao de outras unidades políticas da América portuguesa, que se caracteriza por abranger representações de áreas geográficas de dimensões diferentes e correspondentes a distintas circunscções dos poderes administrativo, judiciário e religioso, foram norteadas pelos critérios expostos a seguir.

Os mapas analisados, neste trabalho, embora se distingam, em função da escala cartográfica adotada com relação ao grau de generalização da informação que apresentam, e, um deles, em razão da escala geográfica, registram elementos geográficos planimétricos e altimétricos, comuns, da mesma espécie ou natureza. Eles correspondem a uma classe de mapas – corográficos, que compreende os topônimos que se quer conhecer, referentes: i) aos assentamentos da população – os povoados, as fazendas, os registros ou guardas; ii) aos elementos da hidrografia – rios, ribeirões e córregos; iii) aos elementos do relevo – geralmente, serras. Nessa perspectiva, foi possível usar fontes cartográficas de períodos e escalas diferentes,

---

<sup>11</sup> Esses mapas são do acervo do AHEX, RJ, e foram produzidos, respectivamente, em 1814 e 1820.

<sup>12</sup> Essa representação cartográfica pertence ao AHEX, RJ. Nela encontra-se grafado “Teiuco”, no lugar de “Tejuco”.

<sup>13</sup> O uso desse meridiano, muito bizarro, que foi identificado por Cintra e Santos (2009), é denominado Praia. Seu emprego que não era usual, na cartografia coeva foi usado também em outro mapa, anônimo, que deve ter sido realizado nos finais dos Setecentos, segundo estudo de Santos (2010). Semelhanças entre os dois mapas, sugeriram a Santos e Cintra (2011), a hipótese, confirmada, do segundo mapa ter sido a base cartográfica do primeiro.

com vistas ao interesse de se contar com fontes antigas que se conhece sobre Minas Gerais, como o caso dos mapas de Rocha, e mais recentes, mas anteriores ao período imperial, quando outros fatores, além dos relacionados à mineração, passaram a orientar o processo de ocupação e valorização do território em questão.

Outro aspecto fundamental referente à escolha das fontes cartográficas consultadas, neste trabalho, diz respeito ao fato desses mapas já serem bastante estudados. Isso permite estabelecer com precisão o grau de fidedignidade das informações presentes em todos eles e a propriedade dos conceitos utilizados, possibilitando o uso dessas fontes com as devidas ressalvas. Nesse sentido, foi devidamente considerada a questão, já registrada por Santos, Cintra e Costa (2009), sobre o fato de a tipologia das povoações apresentadas por Miranda, na Carta Geográfica da Capitania, incorrer em um erro conceitual, ao inserir uma categoria de povoação, que ele chama de arraial, hierarquicamente situado entre os povoados classificados como paróquias ou freguesias, e as capelas. Na Capitania de Minas Gerais, o termo arraial era adotado para designar qualquer povoação que ainda não tinha o estatuto de vila ou cidade.

Tendo em vista, essa ressalva os estudos já realizados, notadamente o já citado e o de Santos (2010), puderam também estabelecer, apoiando-se em dicionários históricos geográficos, monografias e outras fontes bibliográficas, a classificação política-administrativa dessas povoações, tipificadas como arraiais e outras, segundo seu estatuto na época de elaboração do mapa. Assim, a classificação proposta por Miranda é empregada, embora fazendo as retificações necessárias. Além dessa questão, outra exposta em um estudo mais recente de Santos e Cintra (2011) ainda foi considerada em relação ao uso do mapa de Miranda, uma vez que os limites orientais da comarca de Vila Rica não estão corretamente posicionados – situados que estão à leste do Caminho Novo, ao longo do seu adentramento na Capitania de Minas, antes de chegar na sua primeira bifurcação, na capela chamada Igreja Nova.

Em relação aos mapas de Rocha, o conhecimento de seu trabalho, bem como as análises do mesmo realizadas para a pesquisa que nos ocupa, permitiram afirmações sobre a fidedignidade dos seus dados, quando cotejados com outras fontes de informações sobre a corografia de Minas Gerais, emprestando este termo de Aires Casal (1976), citando ele próprio e notadamente Barbosa (1995) e Carvalho (1920). Essas análises estão sugerindo inclusive a adoção dos mapas em foco como fontes a serem consideradas nos estudos sobre os topônimos mineiros. Apesar da qualidade dos dados da cartografia de Rocha que se destaca, o fato de sua representação sobre a Comarca de Vila Rica não apresentar legenda constitui um problema. Este, no entanto, foi superado, após análises minuciosas sobre a localização e os significantes dos signos cartográficos que apresenta, comparativamente à localização, os significantes e os significados dos signos presentes em outros mapas do autor, como os que representam a Capitania e as Comarcas. Enfim, o trabalho efetuado permite afirmar que os significados dos referentes toponímicos presentes nos mapas das

Comarcas podem ser decodificados pela legenda presente no Mapa da Capitania de Minas Gerais, analisado neste trabalho.

### III - A TOPONÍMIA: O ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES

A toponímia é um dos ramos da *Onomástica* – ciência que tem por objeto o estudo de nomes próprios, tanto de pessoas como de lugares. A *Antroponímia* e a *Toponímia* se constituem de elementos lingüísticos que conservam antigos estágios denominativos. Ao estudo de nomes próprios de pessoas – nomes próprios individuais, nomes parentais ou sobrenomes e às alcunhas ou apelidos dá-se o nome de *Antroponímia*; já a *Toponímia* se integra à *Onomástica* como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Constitui-se de enunciados lingüísticos, formados por um universo transparente significante que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente<sup>14</sup>, conforme aponta Dick (1990a):

Exercendo na Toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990a, p.21-22).

Por serem iconicamente simbólicos, os nomes de lugares nos fornecem valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo *corpus* de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indica um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados.

Examinando as motivações toponímicas sob o ângulo do ambiente, tem-se, nas pesquisas atuais, agrupado os topônimos em duas grandes divisões, a saber: nomes de lugares motivados por natureza física e nomes de lugares motivados por natureza antropocultural, ou seja, examinam-se as motivações

---

<sup>14</sup> SEABRA (2004, p. 36)

toponímicas sob o ângulo do ambiente, físico e social. Tal postura encontra respaldo em SAPIR que diz não acreditar na força ambiental isolada, mas sim condicionada à força social:

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1961, p. 44)

Embora haja dois grupos de fatores ambientais, o fator físico só se reflete na língua quando, sobre ele, atuou a força social, ou seja, o surgimento de um símbolo lingüístico reporta-se à influência da parte social do ambiente, aos membros do grupo que nele interagem. De acordo com Seabra (2004, p. 55), “em um estudo toponímico, tal fato é bastante evidente, já que no seu léxico se enxerga a cultura de um povo”.

Sobre os topônimos de natureza física, podemos ainda dizer que a nominalização de um lugar não representa – em sua imensa maioria – um fato arbitrário, ao contrário costuma ser totalmente racional e descritivo da realidade geográfica. Em outras palavras, o topônimo tem um caráter preciso e essencialmente utilitário, merecendo por isso ser estudado.

Nesta pesquisa, na qual propomos realizar estudo toponímico sobre a Comarca de Vila Rica, detivemo-nos na análise de topônimos que foram motivados pela natureza física. Para isso, adotando um critério metódico de organização das idéias, seguimos as taxionomias toponímicas sugeridas e adotadas por Dick (1990b), que distribui as taxes de natureza física em: astrotopônimos – nomes que remetem a corpos celestes, com ou sem luz própria; cardinotopônimos – nomes que fazem referência à posição geográfica; cromotopônimos – nomes de lugares que fazem referência à cor; dimensiotopônimos – nomes que se revestem do sentido de extensão, comprimento, largura, dimensão, profundidade; fitotopônimos – nomes de lugares motivados por nomes de plantas; geomorfotopônimos – nomes de lugares que têm por motivação a geografia; hidrotopônimos – nomes de lugares cuja motivação é a água; litotopônimos – nomes de lugares de índole mineral; meteorotopônimos – nomes que remetem à idéia de fenômenos produzidos na atmosfera terrestre; morfotopônimos – nomes cujo sentido lembra as formas geométricas; zootopônimos – nomes motivados pelo mundo animal.

#### IV - OS CORPORA

Analisando os três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, destacamos:

##### 1. “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas”

Neste documento, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha, encontramos taxionomias de natureza física e antropocultural, nomeando 10 acidentes físicos e 16 acidentes humanos<sup>15</sup>:

###### 1.1. *Acidentes físicos:*

- rios e ribeirões (10) – R<sup>o</sup> Chopoto, R<sup>o</sup> da Casca, R<sup>o</sup> da Pomba, R<sup>o</sup> Doce, R<sup>o</sup> Guandú, R<sup>o</sup> Manhuasú, R<sup>o</sup> Paraíba, R<sup>o</sup> Matipó, R<sup>o</sup> Percicaba, R<sup>o</sup> Piranga.

###### 1.2. *Acidentes humanos:*

- cidade (1) – Mariana;
- vila (1) – Villa Rica;
- paróquias (12) – Catas Altas, Caza Branca, Comgonhas, Cuiate, Furquim, Itaubira, Oiro Branco, Piranga, Santa Bárbara, S. Jozé, S. Man.el dos Coroados, S. Miguel;
- capelas (2) – Abre Campo, Barra do Bacalhao.

##### 2. “Mappa da Comarca de Villa Rica”

Datado de 1779, também de autoria de José Joaquim da Rocha, este mapa apresenta, em comparação ao documento de 1778, que apresenta uma escala menor, um número bem maior de acidentes, tanto físicos quanto humanos. Rocha amplia os acidentes físicos, acrescentando mais rios e ribeirões; e apresenta, pela primeira vez, os acidentes ilha, cachoeiras e serras. Os acidentes humanos também se expandem: são apresentadas 9 paróquias e 29 capelas a mais que o documento anterior. Neste mapa, José Joaquim da Rocha destaca, ainda, fazendas – acidente humano não mencionado no documento de 1778. Neste mapa de 1779 são apresentados 46 acidentes físicos e 64 acidentes humanos.

---

<sup>15</sup> ACIDENTE: Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes. (SEABRA, 2004, p. 49)

### **2.1. Acidentes físicos:**

- rios e ribeirões (38) – R0. Bacallao, R0 Bananal, R0 Bombaça, R0. Congonhas, R0. Chopeto, R0. da Casca, R0 Cuiaté, R0. das Velhas, R0. Dossee, R0. do Peixe, R0. Gualacho do Sul, R0. Gualacho do Norte, R0 Guandú, R0. Itaubira, R0 Manhoasú, R0 Maria cumprida, R0 Matipo, R0. Paraopeba, R0 Pegabem, R0. Percicaba, R0. Perpetinga, R0. Piranga, R0. Onça Grande, R0. Sacramento, R0. Santa Bárbara, R0. Santa Rita, R0 Santo Antonio, R0 Corrente, R0 S. Estevão, R0. S. Gonçalo, R0 Sasui Grande, R0 Sasui Pequeno, Ribeirão Alegre, Ribeirão do Carmo, Ribeirão do Bugre, Ribeirão de João Pinto, R0. Turvo Limpo, R0. Turvo Sujo;
- ilhas (1) – Ilha da Esperança;
- cachoeiras (5) – Caxr.a Escura, Caxr.a alegre, Caxr.a Baguare, Caxr.a Buturuna, Escadinhas;
- serras (2) – Serra Alegre, Serra Buturuna.

### **2.2. Acidentes humanos:**

- cidade (1) – Mariana
- vila (1) – Villa Rica
- paróquias (21) – Antônio Pr.<sup>a</sup>, Barra longa, Caxoeira, Camrgo, Catas altas, Caza branca, Congonhas, Furquim, Inficionado, Itaubira, Ititiaya, Ouro Branco, Piranga, S. Gon.lo do Cuiaté, S. Bárbara, S. Bartholomeu, S. Caetano, S. Mel dos Coroados, S. Miguel, S. Sebastião, Sumidouro.
- capelas (31) – Abre Campo, Antônio Dias Abaixo, Barra do Bacalhao, Bacalhau, Bento Rodrigues, Boa Morte, Boa Vista, Brumado, Calambao, Gravallo, Lavras Novas, Mainard, Manja legoas, Miguel Roiz, Pasaje, Paulo Moreira, Pinheiro, S. Anna do Dezerto, S. Rita, S. An.io, S. Caetano, S. Gonçalo, S. Gonçalo do Bação, S. Gon.lo Do Tejuco, S. Jozé, S. Sebastião, S. ra dos Remédios, S. ra do Rozario, Soledade, Tapera, Varge.
- fazendas (10) – Ponte Nova, Pires, Capão do Lana, Mel Rodrigues, Chapada, Chiqueiro, Mathias Barbosa, Catreiras, Lavrinha, Porto das Canoas.

### 3. Carta Geográfica da Capitania de Minas Geraes

Este documento de 1804, de autoria do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, em relação aos mapas de Rocha, mostra menos rios e ribeirões, uma serra a mais e não menciona ilhas, nem cachoeiras. São apresentados, na sua totalidade, 17 acidentes físicos. Em se tratando de acidentes humanos, Miranda inova, apresentando cabeça de comarca, arraial freguesia, arraial e quartel (cabeça de comarca substitui o nome dado ao acidente vila); mesmo assim, o número de acidentes humanos que aponta é menor do que o apresentado por Rocha em 1779, totalizando 58 acidentes. No documento analisado, Miranda destaca:

#### 3.1. *Acidentes físicos:*

- rios e ribeirões (14) – Manhuassu Rio, R. Gauandu, Rio Doce, R. dos Bugres, R. Sto Antio, R. S. Anna, R. Maria cumprida, R. Bannal, R. Pega Bem, R. Cuiete, R. Conceição, r. S. Pedro, R. Bombaça, Rio da Pomba;
- serras (3) – Serra Alegre, Serra Escuro, Serra de São José.

#### 3.2. *Acidentes humanos:*

- cidade (1) – Mariana;
- cabeça de comarca (1) – Villa Rica;
- arraial freguesia (9) – Cachoeira, Casa Branca, Catas Altas, Congonhas, Inficionado, Itabira, Ouro Branco, Presídio do Cuité;
- arraial (9) – Antônio Pereira, Bento Rodrigues, Camargos, Catas altas, Espera, Pinheiro, Piranga, S. Sebastião, Sumidouro;
- capelas<sup>16</sup> (19, sendo 17 válidos) – Abre Campo, Arrependidos, Bachalhao, Boa Morte, Bação, Calambao, Capl<sup>a</sup> do Melo, Engenho, Mercês, João Gomes, N. Sra. do Rosário, S. Antônio, S. Caetano, S. João Batista, Sta Anna do Deserto, S. Jozé, Soledade, S<sup>a</sup> dos Rmédios, Tapera;

---

<sup>16</sup> São Caetano, arrolada nesta categoria pelo autor do mapa, já era paróquia, uma das mais antigas da Comarca, por ocasião da data de sua realização. Nota-se que neste estudo não estudaremos os topônimos Engenho e João Gomes, pois, embora estejam no mapa, fazem parte da Comarca do Rio das Mortes.

- fazendas (10) – Boa Vida, Bigauçu, Casca, Passa Três, Seminário, Borda do Campo, Medeiros, Queiros, Azeredo, Juiz de Fora;<sup>17</sup>
- quartel (9) – Patrulha S. João do Bombaça, Pesídio do Cuité<sup>18</sup>, Cunha, Ericeira, João de Araújo, Lourical, Matias Barbosa, Reg<sup>o</sup> do Paraibuna, Simão Pra.<sup>19</sup>

## V - DESCRIÇÃO E ANÁLISE TOPONÍMICA

Desses corpora, destacaremos os nomes de lugares de natureza física que dão nome a acidentes físicos e humanos, a fim de realizarmos descrição e análise toponímica:

### 1. Topônimos de natureza física presentes no Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas.

- Dos 10 acidentes físicos, correspondentes a rios e ribeirões constantes no documento de Rocha, datado do ano de 1778, 8 tiveram seus nomes motivados pela natureza física, a saber: R<sup>o</sup> da Casca, R<sup>o</sup> da Pomba, R<sup>o</sup> Doce, R<sup>o</sup> Guandú, R<sup>o</sup> Manhuasú, R<sup>o</sup> Paraíba, R<sup>o</sup> Percicaba, R<sup>o</sup> Piranga.
- Em se tratando dos 16 acidentes humanos já arrolados, 8 foram motivados pela natureza física: as paróquias Catas Altas, Comgonhas, Cuiate, Itaubira, Oiro Branco, Piranga; e as capelas Abre Campo, Barra do Bacalhao.

### 2. Topônimos de natureza física presentes no Mappa da Comarca de Villa Rica.

- Nos 46 acidentes físicos, legendados neste documento, 23 tiveram como motivação a natureza física: rios e ribeirões (19) – R0 Bananal, R0. Congonhas, R0. da Casca, R0 Cuiaté, R0. do Peixe, R0. Dossee, R0 Guandú, R0. Itaubira, R0 Manhoasú, R0. Paraopeba, R0. Percicaba, R0. Perpetinga, R0. Piranga, R0. Onça Grande, R0 Corrente, R0 Sasui Grande, R0 Sasui Pequeno R0. Turvo Limpo, R0. Turvo Sujo; cachoeiras (3) – Caxr.a Baguare, Caxr.a Boturuna, Escadinhas; serra (1) - Serra Buturuna.

<sup>17</sup> Neste estudo não estudaremos os topônimos Seminário, Borda do Campo, Medeiros, Queiros, Azeredo, Juiz de Fora, pois, embora estejam no mapa, fazem parte da Comarca do Rio das Mortes.

<sup>18</sup> Já descrito como arraial freguesia.

<sup>19</sup> Os “quartéis” Cunha, Ericeira, João de Araújo, Lourical, Matias Barbosa, Reg<sup>o</sup> do Paraibuna, Simão P<sup>ra</sup>. não serão considerados para estudo pois pertencem à Comarca do Rio das Mortes.



- Dos 64 acidentes humanos, presentes nesse mapa, 18 foram nomeados levando-se em conta a motivação física: paróquias (9) – Barra longa, Caxoeira, Catas altas, Congonhas, Itaubira, Ititiaya, Ouro Branco, Piranga, Sumidouro; capelas (6) – Abre Campo, Barra do Bacalhao, Calambao, Gravalto, Lavras Novas, Varge; fazendas (3) – Capão do Lana, Chapada, Lavrinha.

### 3. Topônimos de natureza física presentes na Carta Geográfica da Capitania de Minas Geraes.

- Dentre os 17 acidentes físicos mostrados nesta carta, 6 foram nomeados tendo em vista a motivação física: rios e ribeirões (5) – Manhuassu Rio, R. Gauandu, R. Bannal, R. Cuiete, Rio da Pomba; serras (1) – Serra Escuro.
- Em se tratando dos 58 acidentes humanos, esta carta mostra que 12 foram nomeados tendo em vista sua natureza física: arraial freguesia (5) – Cachoeira, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Ouro Branco; arraial (3) –, Catas altas, Piranga, Sumidouro; capelas (2) – Abre Campo, Calambao, fazendas (2) – Bigauçu, Casca.

## VI – TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS DE MOTIVAÇÃO FÍSICA, PRESENTES NOS CORPORA

Neste tópico, voltamos aos topônimos acima destacados, todos motivados por natureza física, e os registramos em formato de verbetes, por ordem alfabética, destacando taxionomias, de acordo com modelo de Dick (1990b, p. 31-34), além de origens. Notamos que a propósito da atualização do topônimo e da localização geográfica foram consultados: Barbosa (1995); Instituto de Geociências Aplicadas e Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1993); e Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de Geociências Aplicadas- IGA (2002).

**ABRE CAMPO** – Dimensiotopônimo<sup>20</sup> ▪ *português* <<sup>21</sup> *latim* ▪ Nomeia capela em Rocha (1978, 1979) e em Miranda (1804). ▪ Atualmente, é sede municipal; localiza-se na microrregião de Manhuaçu, mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais.

**BAGUARE** – Dimensiotopônimo ▪ *tupi* (maɣa'ri) ▪ Nomeia cachoeira [Caxr.<sup>a</sup> Baguare] em Rocha (1979). ▪ Que é corpulento, vagaroso, pesadão. Dicionarizado na forma *Baguari* (FREIRE, 1957).

**BANANAL** – Fitotopônimo<sup>22</sup> ▪ *africano* + *português* (sufixo *-al*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Bananal] em Rocha (1979) e [R. Bannal] em Miranda (1804). ▪ Raymundo (1933, p.105) mostra que *banana* é um

<sup>20</sup> Topônimo relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.

<sup>21</sup> O sinal “<” significa “oriundo de”.

vocábulo que gera bastante controvérsia quanto a sua origem, entretanto reconhece o mesmo como de origem africana. Já Senna (1926, p.234-235) aponta o vocábulo como de origem índico-asiática, transplantado para a África: “Em Minas, todos os toponimos derivados desta palavra e planta índico-asiática transplantadas do Oriente para o continente negro e dahi vindas para o Brasil por intermédio do trafego com a costa africana de Oéste (Atlantico), são bastante communs, havendo povoações, fazendas, rios, sitios e logares conhecidos com o nome de *Bananal* e de *Bananeiras*. [...] *Banâna* já é reputado nome africano affeiçãoado pela língua congaleza.”

**BOTURUNA OU BUTURUNA** – Geomorfotopônimo<sup>23</sup> ▪ *tupi* (*yby* + *atyra* + *uma*) ▪ Nomeia serra [Serra Buturuna] e cachoeira [Caxr.<sup>a</sup> Boturuna] em Rocha (1779). ▪ Monte Negro. (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1303).

**BARRA DO BACALHAU** – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia capela [Barra do Bacalhau] em Rocha (1978 e 1979). ▪ Atualmente, é sede municipal; localiza-se na microrregião de Ponte Nova, mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais. ▪ Senna (1926, p.240) diz que o topônimo *barra* “é das denominações locais mais communs em Minas, havendo sitios, povoados e bairros desse nome [...] além das localidades de nomes compostos com a palavra *Barra*. [...] Conforme o rio ou ribeirão, que faz *barra* em outro, tomam varios logares de Minas os nomes, *verbi-gratia*, de [...] ‘Barra do Bacalhau’ (no rio Piranga); ‘Barra do Manhuassú’ (no Rio Doce); ‘Barra de Santo Antonio’ (no mesmo Rio Doce), etc. É o mesmo que *foz* ou *embocadura*, e a *barra* indica o ponto da confluência, em que uma corrente desagua noutra (rio, ribeirão, córrego ou riacho). Além do termo peculiar à geographia physica brasileira, ocorre-nos ainda dizer que esse nome *barra* nos veio do céltico para o portuguez, com os significados vernáculos de tranca de ferro; peça de leme; entrada estreita de um porto, etc.” Sobre o termo *bacalhau* Silveira (1921, p.91) destaca: “este nome lembra um machinismo realmente curiosissimo alli empregado em tempos coloniaes – uma machina movida pelas aguas desse ribeirão, destinada a açoitar os escravos então empregados nos trabalhos de mineração. O açoite era naquella época, e ainda hoje, conhecido sob o nome de *bacalhau*, creio que por se empregarem, par o alvitante supplicio, cordas designadas por esse mesmo nome.” Houaiss (2001) confirma a informação acima, definindo *bacalhau* como ‘chicote de couro cru, trançado ou retorcido, usado para castigar escravos’, sendo nesta acepção considerado brasileirismo. Apoiando-se em Artur Ramos<sup>24</sup>, Souza (1960, p.50) apresenta *bacalhau* também como “chicote com que se açoitavam os escravos”, corroborando as explicações dos demais autores citados.

---

<sup>22</sup> Topônimos de índole vegetal.

<sup>23</sup> Topônimos relativos às formas topográficas.

<sup>24</sup> RAMOS, Artur. *Aculturação Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, pág.104.

**BARRA LONGA** – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia paróquia [Barra longa] em Rocha (1779) ▪ Atualmente, é sede municipal; localiza-se na microrregião de Ponte Nova, mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais. ▪ Conforme Trindade (1917), citado por Seabra (2000, p.112), a origem do nome *Barra Longa* se deve ao encontro dos seus dois grandes rios Carmo e Gualaxo que formavam uma ‘grande barra’ perto de onde foi construída por seu fundador, Mathias Barboza, a ‘Fazenda dos Fidalgos’, ou a ‘Fazenda da Barra’.

**BIGAUÇU** – Zootopônimo<sup>25</sup> ▪ *tupi* (*biguá + açu*) ▪ Nomeia fazenda [Bigauçu] em Miranda (1804) ▪ Ave de tamanho grande, da família dos Carbonídeos; corvo-marinho, pata-d’água; persegue os cardumes de peixe (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1090).

**CALAMBAU** – Fitotopônimo ~<sup>26</sup> Morfotopônimo ▪ *indígena* (*puris*<sup>27</sup>, família lingüística do tronco macro-jê) ▪ Nomeia capela [Calambao] em Rocha (1779) e em Miranda (1804) ▪ Vidigal (2003, p. 17) destaca duas etimologias e, em razão disso, dois significados são dados ao termo *calambau*: “uma fazendo-o derivar de *kala e ambausa*, significando *mato ralo*. Foi o conhecido lingüista Napoleão Reis quem o afirmou. E outra de *caram-ba-y*, isto é: *lugar onde o rio faz curvas*. Foi o sério historiador Alfredo de Carvalho quem o certificou.” ▪ Atualmente, Presidente Bernardes é sede municipal; microrregião de Viçosa, mesorregião Zona da Mata, Minas Gerais.

**CACHOEIRA** – Hidrotopônimo<sup>28</sup> ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia paróquia [Cachoeira] em Rocha (1779) e arraial freguesia [Cachoeira] em Miranda (1804) ▪ Atualmente, chamada Cachoeira do Campo e é distrito do município de Ouro Preto; microrregião de Ouro Preto, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**CAPÃO DO LANA** – Fitotopônimo ▪ *tupi* (*kaa’paĩ*) + *francês* (*sobrenome Lane*) ▪ Nomeia fazenda [Capão do Lana] em Rocha (1779) ▪ De acordo com Cunha, (1978, p. 94), *capão* é um termo indígena que significa “pequeno bosque insulado num descampado”.

**CASCA** – Litotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio e ribeirão [R<sup>o</sup> da Casca] em Rocha (1778 e 1779); e fazenda [Casca] em Miranda (1804). ▪ *Casca* advém de *cascalho* ‘conjunto de lascas de pedra’. ▪ Atualmente, é chamada Rio Casca..

---

<sup>25</sup> Topônimos de índole animal.

<sup>26</sup> O sinal “~” indica variante.

<sup>27</sup> Origem duvidosa.

<sup>28</sup> Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral.

**CATAS ALTAS** – Geomorfotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia paróquia [Catas Altas] em Rocha (1778 e 1779); arraial freguesia [Catas Altas] e arraial [Catas altas] em Miranda (1804). ▪ Atualmente é sede municipal; microrregião de Itabira, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. ▪ De acordo com Machado (1984), “Cata(s) é derivação regressiva de ‘catar’ ‘procurar’. O nome deve-se à lavra mineira que se verificou no local nos fins do século XVIII. O adjetivo refere-se às profundas escavações que se tornou necessário fazer para conseguir obter o minério do ouro.”

**CHAPADA** – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia fazenda [chapada] em Rocha (1779) ▪ Extensão de terreno de superfície regular e horizontal; planície (HOUAISS, 2001).

**CONGONHA** – Fitotopônimo ▪ *tupi* ▪ Nomeia paróquia [Comgonhas] em Rocha (1778) e [Congonhas] em Rocha (1979); rio ou ribeirão [Congonhas] em Rocha (1979) e arraial freguesia [Congonhas] em Miranda (1804). ▪ Nome comum a diversas plantas do gênero *Ilex*, semelhantes ao mate (CUNHA, 1978, p. 112). ▪ Atualmente é sede municipal, chamando-se Congonhas; microrregião de Conselheiro Lafaiete, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**CORRENTE** – Hidrotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio, ribeirão [Corrente] em Rocha (1779) ▪ Movimento ou fluxo próprio das águas; correnteza.

**CUIETÉ** – Fitotopônimo ▪ *tupi* (*cuiá* + *atê*) ▪ Nomeia paróquia [Cuiate] em Rocha (1778); rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Cuiaté] em Rocha (1779) e [R. Cuiete] em Miranda (1804). ▪ Cabaça grande, própria para cuias (*Crescentia cuietê*) (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 631). ▪ Atualmente, Cuité Velho é distrito de Conselheiro Pena; microrregião de Aimorés, mesorregião do Vale do Rio Doce, Minas Gerais.

**DOCE** – Hidrotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio, ribeirão [R<sup>o</sup> Doce] em Rocha (1778) e [R<sup>o</sup> Dossee] em Rocha (1779). ▪ Diz-se da água que não é salgada (cf. Houaiss 2001). ▪ De acordo com Silva (1997, p. 50), “o *Rio Doce* que, tendo sua nascente nas imediações de Ouro Preto e Mariana, vai-se engrossando com as águas de muitos ribeirões até que recebe seus afluentes Piranga, Gualaxo, Casca, Piracicaba, Santo Antônio, Guanhões, Cuieté, Corrente, Saquí Pequeno e Grande, Manhuaçu e outros ribeirões; atravessa a Província do Espírito Santo e entra no oceano perto de Linhares. Este rio, que serve às zonas leste e sul, apresenta uma extensão navegável de 140 quilômetros desde a Figueira até o Porto do Souza, limite da província com a do Espírito Santo.”

**ESCADINHAS** – Morfotopônimo<sup>29</sup> ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia cachoeira [Caxr.<sup>a</sup> Escadinhas] em Rocha (1779). ▪ Aquilo que lembra ou remete a degraus.

<sup>29</sup> Topônimos que remetem ao sentido de forma.

**ESCURO** – Cromotopônimo<sup>30</sup> ▪ *português < latim* ▪ Nomeia Serra [Escuro] em Miranda (1804). ▪ Sombrio, tenebroso, pouco claro.

**GRAVALHO** – Fitotopônimo ▪ *origem obscura*<sup>31</sup> ▪ Nomeia capela [Gravalo] em Rocha (1779). ▪ Mesmo que caruma ('folha de pinheiro seco'), segundo Houaiss (2001).

**GUANDÚ** – Fitotopônimo ▪ *africano (provavelmente do conguês 'uanu')*<sup>32</sup> ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Guandu] em Rocha (1778), [R<sup>o</sup> Guandú] em Rocha (1779) e [Gauandu] em Miranda (1804). ▪ Espécie de feijão.

**ITABIRA** – Litotopônimo<sup>33</sup> ▪ *tupi (itá + byra)* ▪ Nomeia paróquia [Itaubira] em Rocha (1778) e [Itaubira] em Rocha (1979); rio ou ribeirão [R<sup>o</sup>. Itaubira] em Rocha (1779); e arraial freguesia [Itabira] em Miranda (1804). ▪ Pedra levantada; empinada ou aguda (cf. Gregório, v. 2, 1980, p. 761). ▪ Atualmente, com a denominação Itabirito é sede de município; localizado na microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**ITATIAIA** – Litotopônimo ▪ *tupi (itá + atiaia)* ▪ Nomeia paróquia [Ititiaya] em Rocha (1779). ▪ Pedra de pontas aguçadas (cf. Gregório, v. 2, 1980, p. 783). ▪ Atualmente, Itatiaia é um povoado no município de Ouro Branco; microrregião de Conselheiro Lafaiete, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**LAVRAS NOVAS** – Litotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia capela [Lavras Novas] em Rocha (1779). ▪ Terreno de mineração (HOUAISS, 2001). ▪ De acordo com Machado (1984), os topônimos constituídos a partir do termo *lavras* “estão situados em regiões antigamente notáveis na extração do ouro.” ▪ Atualmente, *Lavras Novas* é povoado do município de Ouro Preto; localizado na microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**LAVRINHA** – Litotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia fazenda [Lavrinha] em Rocha (1779). ▪ Terreno de mineração de pequena extensão.

---

<sup>30</sup> Topônimos que remetem à cor.

<sup>31</sup> Segundo HOUAISS (2001)

<sup>32</sup> CUNHA (1982)

<sup>33</sup> Topônimos de origem mineral; relativos também à constituição do solo.

**MANHUAÇU** – Meteorotopônimo<sup>34</sup> ▪ *tupi* (*amaná + açú*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Manhuastú] em Rocha (1778), [R<sup>o</sup> Manhoasú] em Rocha (1779) e [Manhuassu Rio] em Miranda (1804). ▪ Chuva grossa, aguaceiro, tempestade (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 389).

**ONÇA GRANDE** – Zootopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup>. Onça Grande] em Rocha (1779). ▪ Mamífero carnívoro da família dos felídeos (*Felis onça*).

**OURO BRANCO** – Litotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia paróquia [Oiro Branco] em Rocha (1778), paróquia [Ouro Branco] em Rocha (1779), arraial freguesia [Ouro Branco] em Miranda (1804). ▪ Atualmente, *Ouro Branco* é sede de município; microrregião de Conselheiro Lafaiete, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**PARAÍBA** – Hidrotopônimo ▪ *tupi* (*mbará + aíba*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Paraíba] em Rocha (1778) ▪ Rio ruim; acidentado (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1007).

**PARAOPEBA** – Hidrotopônimo ▪ *tupi* (*mbará + ipi, por ypy = fundo + peba*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup>. Paraopeba] em Rocha (1779). ▪ Rio de fundo raso<sup>35</sup> (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1008).

**PEIXE** – Zootopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup>. do Peixe] em Rocha (1779). ▪ Denominação comum aos animais vertebrados aquáticos, geralmente ovíparos e de respiração branquial, com esqueleto ósseo ou cartilaginoso, providos de nadadeiras e pele geralmente coberta de escamas.

**PIRACICABA** – Zootopônimo ▪ *tupi* (*pira + cycaba*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Percicaba] em Rocha (1778) e [R<sup>o</sup>. Percicaba] em Rocha (1779) ▪ Chegada do peixe; o peixe sobre o rio para a desova, sendo fácil apanhá-los (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1052).

**PIRAPETINGA** ~ PIRAPITINGA – Zootopônimo ▪ *tupi* (*pira + pitinga = mancha branca na pele*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup>. Perpetinga] em Rocha (1779) ▪ Peixe com manchas brancas na pele; espécie de sardinha branca: peixe fluvial da família dos Caracídeos (GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1058).

**PIRANGA** – Zootopônimo ▪ *tupi* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Piranga], paróquia [Piranga] em Rocha (1778); rio ou ribeirão [R<sup>o</sup>. Piranga], paróquia [Piranga] em Rocha (1779); arraial [Piranga] em Miranda (1804). ▪ Peixe vermelho (SILVEIRA Bueno, 1998). ▪ Atualmente, Piranga é sede municipal; microrregião de Viçosa; mesorregião Zona da Mata, Minas Gerais.

<sup>34</sup> Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.

<sup>35</sup> “[...] é como consta na Carta de Sesmaria de M. da Borba Gato, publicada na Rev. do Arquivo Público Mineiro-6, Livro 2, pág. 48; nome de rio da margem direita do S. Francisco e de cidade de Minas”. GREGÓRIO, v. 3, 1980, p. 1008).

**POMBA** – Zootopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> da Pomba] em Rocha (1778) e [R<sup>o</sup> da Pomba] em Miranda (1804). ▪ Denominação comum a várias aves da família dos columbídeos, granívoras, com bico curto.

**SASUI GRANDE**– Hidrotopônimo ▪ *tupi* (*saçu* + *y*) + *português* (*grande*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Sasui Grande] em Rocha (1779). ▪ Rio dos beija-flores (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 674).

**SASUI PEQUENO**– Hidrotopônimo ▪ *tupi* (*saçu* + *y*) + *português* (*pequeno*) ▪ Nomeia rio ou ribeirão [R<sup>o</sup> Sasui Pequeno] em Rocha (1779). ▪ Rio dos beija-flores (GREGÓRIO, v. 2, 1980, p. 674).

**SUMIDOURO** – Hidrotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia paróquia [Sumidouro] em Rocha (1779) e arraial [Sumidouro] em Miranda (1804). ▪ Local por onde desaparece um curso de água que passa a ter leito subterrâneo (MACHADO, 1984). ▪ As informações de Barbosa (1995, p. 234), sobre a data de elevação do arraial em freguesia, entre 1742 e 1745, coincide com a informação presente no mapa de Rocha da Comarca de Vila Rica, de 1779, pertencente à BN, e nas registradas em sua monografia (1995, p. 97). Na sua monografia consta como uma freguesia do termo de Mariana. ▪ Atualmente, chamando-se Padre Viegas, é distrito de Mariana; microrregião de Ouro Preto, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

**TURVO LIMPO** – Cromotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Turvo Limpo] em Rocha (1779). ▪ Que é embaçado e limpo.

**TURVO SUJO** – Cromotopônimo ▪ *português* < *latim* ▪ Nomeia rio ou ribeirão [Turvo Sujo] em Rocha (1779). ▪ Que é embaçado e sujo.

**VARGEM** – Geomorfotopônimo ▪ *português* ▪ Nomeia capela [Varge] em Rocha (1779) ▪ Planície fértil e cultivada, em um vale (HOLANDA FERREIRA, 1987) ▪ Segundo Sousa (1960: 207-208), os vocábulos *varge*, *vargem* e suas variantes chegaram ao Brasil muito cedo.

## VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas*, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha, legenda 26 logradouros. Desses, 10 referem-se a acidentes físicos (rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro) e 16 referem-se a acidentes humanos (cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes). Salienta-se que, desse corpus, são de natureza física, 80% dos topônimos referentes aos acidentes físicos; e 50% dos topônimos referentes aos acidentes de natureza humana. Já o *Mappa da Comarca de Villa Rica*, datado de 1779, também de autoria

de José Joaquim da Rocha, apresenta 46 acidentes físicos e 64 acidentes humanos. Dos 46 acidentes físicos, legendados neste documento, 23 ou, em termos percentuais, 50%, tiveram como motivação a natureza física; em um número menor, 18 ou 28% dos topônimos, referentes aos acidentes humanos, receberam também a mesma motivação. Por sua vez, a *Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes*, datada de 1804, de autoria do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, aponta-nos 17 acidentes físicos e 58 acidentes humanos. Dos acidentes físicos, 35% foram nomeados tendo em vista a motivação física; e, em se tratando dos 58 acidentes humanos, 20% foram, também, nomeados tendo em vista a natureza física.

Destacamos que, em todos os três documentos analisados, ao observarmos os acidentes físicos e humanos, vimos que a motivação toponímica de natureza física é maior em se tratando dos acidentes físicos. Ora, isso é esperado, uma vez que a natureza física do topônimo remete-o ao acidente físico, ou ao seu referente. Desse modo, somando todos os três documentos, predomina a hidrotponímia (8 ocorrências), em segundo lugar a fitotponímia e a zootponímia (7 ocorrências cada uma), em terceiro lugar, a litotponímia e a geotponímia (6 ocorrências cada uma). Em números menores: cromotponímia (3 ocorrências), dimensiotponímia (2 ocorrências), morfotponímia e meteorotponímia (com 1 ocorrência cada).

Os hidrotponímios estudados são de origem portuguesa (*Cachoeira, Corrente, Doce, Sumidouro*); tupi (*Paraíba, Paraopeba*); híbridos (*Sasuí Grande e Sasuí Pequeno*). Quanto aos fitotponímios, é interessante observar que nenhum deles tem origem só na língua portuguesa; chamamos atenção para os híbridos *Bananal* (africano + português), *Capão do Lana* (tupi + sobrenome de origem francesa); o de origem obscura *Gravalho*; o africano *Guandú*, havendo predominância, nessa taxa, da origem tupi: *Calambau, Congonha, Cuieté*. Na zootponímia predomina a língua tupi: *Bigauçu, Piracicaba, Pirapetinga, Piranga*. Os nomes de origem portuguesa são: *Onça Grande, Peixe, Pomba*. Os litotponímios são, também, em sua maior parte de origem portuguesa (*Casca, Lavras Novas, Lavrinha, Ouro Branco*); havendo dois de origem tupi: *Itabira, Itatiaia*. E, por fim, os geomorfotponímios são, na sua grande maioria, também, de origem portuguesa: *Barra do Bacalhau, Barra Longa, Catas Altas, Chapada, Vargem*; e um, *Botoruna*, de origem tupi.

## VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÄVILA, Cristina et al. Cartografia e nconfidência: Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Anal. & Conj.*, Belo Horizonte, v. 4, nos 2 e 3, maio/dezembro de 1989. p.373-392.
- BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário histórico Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995..



- CARVALHO, Teófilo Feu. *Comarcas e Termos: Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de Comarcas e Temos em Minas Geraes (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas geraes.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou Relação histórica-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- COSTA, Antônio G. et al. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- COSTA, Antônio Gilberto et al. *A Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Lisboa, Kapa / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- COSTA, Antônio Gilberto et al. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*, Lisboa, Kapa / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo, 1990b.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, p. 155-187, jul.- dez.2009.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo nas Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLVI, N. 2, julho-Dezembro de 2010, p. 153 - 159.
- GREGÓRIO, I. J. *Contribuição Indígena ao Brasil*. 3 v. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LIMA JÚNIOR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 v.
- MARQUES, Miguel. S. *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

- RAYMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933.
- RAMOS, Artur. *Aculturação Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- RESENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. In: ROCHA, José Joaquim da (1995), *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- ROCHA, José Joaquim da (1995), *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995.
- SANTOS, Márcia M. Duarte. et al (2003), *Minas Gerais em mapas. Catálogo Digital do Centro de Referência em Cartografia Histórica*, Diamantina, Instituto Casa da Glória, Centro de Referência em Cartografia, Instituto de Geociências, UFMG, 2003.
- SANTOS, Márcia M. Duarte; CINTRA, Jorge P.; COSTA, Antônio G. A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas?. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009.
- SANTOS, Márcia M. Duarte; CINTRA, Jorge P. Análise da *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804*. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009.
- SANTOS, Márcia M. Duarte; CINTRA, Jorge P. A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Parati, 2011.
- SANTOS, Márcia M. Duarte. Espaço e Representação nas Minas Setecentistas. *Revista do Arquivo Público mineiro*, Ano XLVI, N. 2, julho-Dezembro de 2010, p. 44 - 59.
- SAPIR, Edward. *Linguística como ciência - Ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A rota das bandeiras no Estado de Minas Gerais: a região do Carmo. In: *Filologia Bandeirante. Estudos 1*. São Paulo, Humanitas, 2000, p.107-112.
- SEABRA, M. C. T. C. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, tese de doutorado, inédita, 2v, 2004
- SENNA, Nelson de. Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.20, 1926.
- SILVA, José Joaquim. *Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais* (1878). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1997.
- SILVEIRA, Alvaro Astolpho da. *Memórias Chorographicas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1921.
- SILVEIRA BUENO, F. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. São Paulo: Éfeta, 1998.
- SOUZA, Arlindo de. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1960.

TRINDADE, C. R. *Arquidiocese de Mariana*. Mariana: Imprimatur, 1955. v. 2.

TRINDADE, C. R. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1955, V. III.

VIDIGAL, Pedro Maciel. *Minha terra e minha gente*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2003, 556 p.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

Mapa das Mesorregiões Geográficas. ESTADO de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas- IGA. Escala 1: 1 500 000. – 2006, 7a ed.. – 1 mpa: impresso, color.